

5

Análise longitudinal da investigação em contabilidade sobre relato ambiental

Carlos Mata

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal
carlos.mata@esce.ips.pt

Ana Fialho

Universidade de Évora
afialho@uevora.pt

Teresa Eugénio

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria do Instituto Politécnico de Leiria
teresa.eugenio@ipleiria.pt

Resumo

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, entre 2006 e 2011. Foram identificados 130 artigos, tendo a maioria sido publicados no: *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *Accounting Forum*, *Accounting, Organizations and Society* e *Critical Perspectives on Accounting*. Do universo dos estudos identificados, foram analisados 62 artigos. Para cada artigo optamos por analisar as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os setores de atividade e países em estudo. Os estudos procuram compreender as práticas e identificar os fatores que influenciam o relato ambiental, analisar o impacto da regulamentação sobre o relato ambiental, identificar uma «teoria social», estudar os sistemas de contabilidade ambiental e analisar a relação entre o relato ambiental e o desempenho ambiental e económico. Constatamos que a maioria dos estudos apresenta uma abordagem longitudinal e utiliza preferencialmente como metodologia a análise de conteúdo.

Palavras-chave: contabilidade social e ambiental; relato ambiental; revistas de contabilidade; investigação.

Abstract

This study aims to contribute for an accounting state-of-the-art on environmental disclosure through the analysis of the articles published in 20 accounting top journals ranging between 2006 and 2011. 130 articles were identified, the majority of which having been published in the journals *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *Accounting Forum*, *Accounting, Organizations and Society* and *Critical Perspectives on Accounting*. From the universe composed of the identified studies, 62 articles were analyzed. For each article we decided to focus on the following dimensions: the objectives and obtained results, the adopted methodologies, data sources, industry activities, and the countries of interest. The studies seek to understand the practices and to identify the factors that influence the environmental disclosure, to analyze regulatory impact on environmental disclosure, to validate a «social theory», to study the environmental accounting systems, and to analyze the relation between environmental disclosure and environmental and economic performance. We have observed that the majority of studies present a longitudinal approach and preferably uses content analysis as a methodology.

Keywords: social and environmental accounting; environmental disclosure; accounting journals, research.

1. Introdução

Nos últimos anos a informação de carácter ambiental na área da Contabilidade Social e Ambiental (CSA) tem despertado um crescente interesse, das empresas, da comunidade académica, dos organismos de regulamentação contabilística entre outros. Tendo o tema do relato ambiental surgido como linha de investigação desde meados dos anos 80.

O crescente interesse pelas questões sociais e ambientais resultou no incremento de publicações académicas com diferentes perspetivas: analisar as práticas de relato ambiental de um país, analisar a informação divulgada, comparar as práticas de relato de diferentes países, validar uma «teoria social», avaliar o impacto de regulamentação de determinadas normas sobre o relato ambiental, identificar que fatores influenciam as práticas de relato, analisar a relação entre o relato ambiental e o desempenho ambiental, económico, entre outras.

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise dos estudos publicados em *20 accounting top journals*, no período de 2006 a 2011. Esta análise permitiu identificar para cada artigo analisado as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, procurando compreender as práticas de relato ambiental, a relação entre o relato ambiental e o desempenho, os sistemas de contabilidade ambiental e teorias testadas, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os setores de atividade e países em estudo.

O presente trabalho está estruturado em 3 pontos. No ponto 1 apresentamos uma perspetiva histórica da investigação em contabilidade social e ambiental, tendo em conta alguns estudos que se baseiam numa análise longitudinal sobre a investigação em CSA. No ponto 2 é explicitada a metodologia adotada para a seleção da amostra. No ponto 3 apresentamos os resultados e procedemos à sua sistematização e discussão, abordando os objetivos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os setores de atividade e países analisados. Por fim, apresentamos as conclusões e as limitações do estudo.

2. Perspetiva histórica da investigação em contabilidade social e ambiental

O crescente interesse pelas questões sociais e ambientais resultou no incremento de publicações académicas. Neste sentido, é vasta a literatura sobre CSA, que desenvolve diversas linhas de investigação, tanto numa perspetiva teórica como

empírica, sobre o estudo das práticas de relato ambiental e da contabilidade ambiental, numa ótica interna e externa.

Diversos autores apresentam uma revisão da investigação teórica e empírica sobre contabilidade/retrato ambiental destacando-se, entre outros, os trabalhos de Mathews (1997, 2003 e 2004), Gray (2002), Owen (2008), Parker (2005 e 2011), Eugénio, Morais e Lourenço (2010) e Mata, Fialho e Eugénio (2014).

Mathews (1997) classifica os principais temas abordados na literatura ao longo dos últimos 25 anos, repartindo em três períodos distintos: de 1971 a 1980; de 1981 a 1990; e 1991 a 1995.

Já Gray (2002) apresenta uma análise crítica da literatura em contabilidade social publicada nos últimos 25 anos, destacando os estudos do *journal Accounting, Organization and Society*.

Owen (2008), apresenta uma revisão crítica do desenvolvimento e do estado da arte da CSA, através dos artigos publicados na *Accounting, Auditing & Accountability Journal* no período de 1988 a 2007 e outras publicações de *top journals* no período de 2004 a 2007. Realça que a CSA deve responder às mudanças ambientais, sociais e que deve existir um maior enfoque no setor público, nas organizações sem fins lucrativos e nas Organizações Não Governamentais.

Parker (2011) apresenta uma análise longitudinal, entre 1988 e 2008, dos estudos publicados em 4 *accounting top journals* (*Accounting, Auditing & Accountability Journal* (AAAJ), *Accounting Forum* (AF), *Critical Perspectives on Accounting* (CPA), e *Accounting, Organizations and Society* (AOS) e 2 *journals* especificamente dedicados à investigação em CSA (*Social and Environmental Accounting Journal* e *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability*). Os artigos analisados dos 4 *accounting top journals* correspondem a 199 estudos publicados. Sendo os artigos publicados no AAAJ os que apresentam um maior equilíbrio entre as vertentes social e ambiental. O autor realça o domínio dos investigadores europeus e australianos nos *journals* AAAJ, AF e CPA o crescente enfoque no setor público/governamental e pelas organizações sem fins lucrativos. Destaca ainda o facto de algumas organizações expressarem a sua preocupação com a CSA enquanto forma de gestão dos riscos de reputação em resposta às pressões da comunidade envolvente, a interesses e pressões institucionais, ou seja demonstram uma estratégia reativa face ao exterior. Importa salientar o destaque atribuído à investigação realizada em três países não anglo saxónicos, como seja Espanha, Holanda e Finlândia.

Eugénio, Morais e Lourenço (2010), apresentam uma análise das publicações em contabilidade social e ambiental no período de 2000 a 2006, em 19 *accounting top journals*, repartindo os estudos empíricos em quatro categorias: sistemas de contabilidade social e ambiental, relato social e ambiental, relação entre o relato e o

desempenho e o impacto da regulamentação, concluindo que a área de maior peso é a divulgação de informação social e ambiental. Analisou também as metodologias adotadas, a origem e tipo de dados utilizados e o país em estudo. No que concerne às metodologias mais utilizadas constatou que são a análise de conteúdo e a entrevista, concluindo que a maioria dos estudos considera uma amostra de empresas de setores poluentes. Os dados utilizados resultam essencialmente dos relatórios e contas, existindo uma tendência para análise de outros documentos das empresas. No que respeita aos países os estudos incidem principalmente sobre o Reino Unido, Austrália e os Estados Unidos.

3. Metodologia e seleção da amostra

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em contabilidade sobre a temática do relato ambiental, através da análise dos estudos publicados em 20 *accounting top journals* (Tabela 1), entre 2006 e 2011.

Tabela 1. *Accounting Journals* selecionados

- *Abacus*
- *Accounting and Business Research*
- *Accounting and Finance*
- *Accounting Business & Financial History*
- *Accounting Forum*
- *Accounting Horizons*
- *Accounting Review*
- *Accounting, Auditing & Accountability Journal*
- *Accounting, Management and Information Technologies*
- *Accounting, Organizations and Society*
- *Contemporary Accounting Research*
- *Critical Perspectives on Accounting*
- *European Accounting Review*
- *International Journal of ISAFM*
- *Journal Accounting Research*
- *Journal of Accounting and Economics*
- *Journal of International Financial Management and Accounting*
- *Review of Accounting Studies*
- *Review of Quantitative Finance and Accounting*
- *The International Journal of Accounting*

Fonte: elaboração própria.

Para a recolha dos artigos publicados nos 20 *journals* seguimos a metodologia adotada por Bianchi, Fonseca e Moreira (2011) e Eugénio, Morais e Lourenço (2010). Assim, através da consulta das bases de dados dos *journals*, a qual decorreu entre os meses de março e junho de 2012, utilizamos a palavra-chave – *environmental disclosure* – tendo sido identificados 130 artigos. Para a seleção dos artigos, optamos por excluir os artigos em que a *palavra-chave* surgia apenas na bibliografia ou no artigo mas apenas como exemplo não sendo objeto de qualquer desenvolvimento, bem como, os editoriais, os *call for papers* e as revisões de livros. Assim, dos 130 artigos identificados selecionamos 62 artigos para análise (Tabela 2).

Tabela 2. Artigos selecionados por *Journal*

<i>Accounting journals</i>	<i>Environmental disclosure</i>	Palavra-chave		Resultado	%
		Apenas na bibliografia	Apenas no editorial ou revisão livro ou uma referência		
<i>Accounting Review</i>	0			0	0
<i>Accounting, Organizations and Society</i>	18	6	3	9	14,5
<i>Journal Accounting Research</i>	0			0	0
<i>Contemporary Accounting Research</i>	0			0	0
<i>Journal of Accounting and Economics</i>	0			0	0
<i>Review of Accounting Studies</i>	0			0	0
<i>Abacus</i>	2			2	3,2
<i>Accounting and Business Research</i>	2			2	3,2
<i>Accounting and Finance</i>	0			0	0
<i>Accounting Business & Financial History</i>	1			1	1,6
<i>Accounting Horizons</i>	0			0	0
<i>Accounting, Auditing & Accountability Journal</i>	46	24	1	21	33,9
<i>Accounting, Management and Information Technologies</i>	0			0	0
<i>European Accounting Review</i>	2			2	3,2
<i>The International Journal of Accounting</i>	6	3	2	1	1,6
<i>International Journal of ISAFM</i>	0			0	0
<i>Journal of International Financial Management and Accounting</i>	0			0	0
<i>Review of Quantitative Finance and Accounting</i>	0			0	0
<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	25	16	2	7	11,4
<i>Accounting Forum</i>	28	8	3	17	27,4
Total	130	57	11	62	100

Fonte: elaboração própria.

Dos 20 *journals* analisados constatamos que 11 não publicaram nenhum artigo sobre a temática no período em análise, a saber: *Journal Accounting Research*; *Contemporary Accounting Research*; *Journal of Accounting and Economics*; *Review of Accounting Studies*; *Accounting and Finance*; *Accounting Horizons*; *Accounting, Management and Information Technologies*; *International Journal of ISAFM*; *Journal of International Financial Management and Accounting*; e *Review of Quantitative Finance and Accounting*.

Já os *journals* Accounting, Organizations and Society (AOS), Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ); Critical Perspectives on Accounting (CPA), e Accounting Forum (AF) publicaram mais de 10 artigos sobre relato ambiental no período de 2006 a 2011. O *journal* com mais artigos publicados foi o AAAJ. Constatamos que a maioria dos autores estão filiados em países como: Reino Unido, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Espanha. As instituições que mais se destacam são: University of Dundee, University of Sydney, University of St Andrews, University of South Australia e University of London. Os autores que mais artigos publicaram foram: Charles H. Cho com 4 artigos e Craig Deegan, Peter M. Clarkson, Michael John Jones, Dennis M. Patten, Matias Laine e Crawford Spence com 3 artigos.

Através da tabela 3, podemos verificar que existe uma elevada assimetria na distribuição do número total de artigos publicados por autor.

Tabela 3. Número total de artigos publicados por autor

Autores		Nº de artigos publicados
Nº	%	
1	1,0	4
6	6,0	3
17	16,8	2
77	76,2	1
101	100	...

Fonte: elaboração própria.

Para cada artigo optamos por ter em conta as seguintes dimensões de análise: objetivos e resultados obtidos, metodologias adotadas, origem dos dados, setor de atividade e países em estudo.

Seguindo a proposta de autores como Mathews (1997), Parker (2005) e Eugénio, Morais e Lourenço (2010), optamos por classificar os artigos analisados, segundo quatro categorias: Práticas de relato ambiental, Relação entre o relato ambiental e o desempenho, Sistema de contabilidade ambiental e Teorias testadas (legitimidade, *stakeholders* e institucional). Importa salientar que um artigo pode surgir em mais do que uma categoria, dadas as suas complementaridades, por exemplo a análise das práticas de relato pode testar uma teoria.

4. Análise dos resultados

Seguidamente apresentamos os objetivos e resultados de alguns dos artigos da amostra, face às categorias: práticas de relato ambiental; relação entre o relato ambiental e o desempenho; sistema de contabilidade ambiental; teorias testadas.

4.1. Objetivos e resultados

4.1.1. Práticas de relato ambiental

Nesta categoria incluímos os estudos em que se analisaram as práticas de relato ambiental das empresas. Estes estudos têm em conta diferentes objetivos como podemos constatar pelos exemplos seguintes: comparar o discurso das cartas dos CEO com os relatórios e contas e de sustentabilidade para identificar as estratégias adotadas (Mäkela e Laine, 2011); analisar a extensão e natureza das práticas de relato ambiental antes e após a introdução de normativo legal (Frost, 2007); analisar a evolução da qualidade e extensão da divulgação no relatório e contas, relatório de sustentabilidade e notas de imprensa após a ocorrência de acidentes (Coetzee e Staden, 2011); compreender as práticas de relato ambiental de departamentos governamentais (Lynch, 2010); analisar a linguagem e o tom verbal utilizado no relato ambiental corporativo (Cho, Roberts e Patten, 2010) ou examinar as estratégias de relato de um setor de atividade (Cuganesan, Guthrie e Ward, 2010).

De acordo com (Guthrie, Cuganesan e Ward, 2008), as empresas estão a utilizar os relatórios e contas e os seus *Web Sites* para divulgar diferentes tipos de informação ambiental sendo que os *Web Sites* tendem a apresentar uma maior divulgação de informação ambiental do que os relatórios e contas.

Jones (2011) procura através da análise de 63 relatórios e contas de empresas cotadas do Reino Unido com elevado e reduzido impacto ambiental, perceber a utilização de gráficos para comunicar a informação ambiental nos relatórios. O autor

conclui que as empresas com elevado impacto ambiental apresentam mais gráficos para a informação ambiental do que as de reduzido impacto ambiental e que existe uma tendência para apresentarem as notícias positivas recorrendo à representação gráfica do que quando estão em causa notícias menos positivas.

Lynch (2010) ao analisar os relatórios e contas, no período de 2001 a 2008, de 18 departamentos governamentais da Austrália, conclui que as divulgações são predominantemente positivas, apesar de alguns departamentos reconhecerem o impacto negativo na sociedade.

Cho (2009) analisa as práticas de relato ambiental com o objetivo de compreender se as práticas/decisões de relato ambiental constituem uma estratégia da empresa para defender o seu desempenho ambiental após ter ocorrido um acidente ambiental. Os resultados deste estudo mostram que a divulgação ambiental tende a basear-se numa estratégia que visa legitimar a atividade em vez para uma maior *accountability*. Conclui ainda que após o acidente ambiental tende a haver um aumento da divulgação de informação no relatório ambiental anual e através de *press releases*. Também Coetzee e Standen (2011) constataram semelhantes práticas nas empresas extrativas da África do Sul.

Deegan e Blomquist (2006) procuram analisar se o Código de Gestão Ambiental da Indústria Mineira Australiana influencia as práticas de relato ambiental dos signatários e do setor de atividade. Os autores concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mimetismo ou isomorfismo mimético.

Constatamos, que geralmente os estudos sobre relato ambiental centralizam-se na quantidade ou no conteúdo temático do relato. Contudo, o uso da linguagem constitui uma importante ferramenta para a gestão da opinião pública e da legitimidade da empresa. Da amostra, esta dimensão apenas foi estudada por Cho, Roberts e Patten (2010).

Podemos concluir que as práticas de relato ambiental, correspondem à gestão do risco de reputação ou à resposta a pressões da comunidade ou a interesses institucionais. Assim, as práticas de comunicação corporativas consistem numa estratégia para legitimar uma imagem de responsabilidade ambiental.

Importa salientar, que as organizações utilizam o relatório e contas como um dos meios de divulgação, sendo que para muitas organizações, não consideram o meio mais significativo para o relato sobre o desempenho ambiental.

4.1.2. Relação entre o relato ambiental e o desempenho

Nesta categoria incluímos os estudos que pretendem analisar a relação entre o relato e o desempenho ambiental e o desempenho económico das empresas. Desta linha de investigação destacamos os trabalhos realizados por Murray *et al.* (2006), Burnett e Hansen (2008), Clarkson, Overell e Chapple (2011) e Hassan *et al.* (2009).

Murray *et al.* (2006) procuram explorar as relações entre o relato ambiental e o desempenho do mercado financeiro das empresas de grande dimensão no Reino Unido. Neste estudo, os autores concluem que não existe uma relação direta entre o retorno das ações e o relato ambiental.

Clarkson, Overell e Chapple (2011) procuram compreender a relação entre o relato voluntário e o desempenho ambiental corporativo de 51 empresas dos sectores mineiro e de manufatura da Austrália, no período de 2002 a 2006, concluindo que existe uma relação positiva entre o desempenho e o relato ambiental. Também Clarkson *et al.*, (2008) recorrendo a uma amostra de 191 empresas dos setores da celulose e papel, química, petróleo e gás, metais e minerais e utilitários dos Estados Unidos, concluem que existe uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o nível de divulgações ambientais.

Já Burnett e Hansen (2008) examinam a relação entre o desempenho ambiental e a eficiência produtiva da indústria de eletricidade dos Estados Unidos. Os resultados evidenciam que uma gestão ambiental proativa permite reduzir os custos ambientais e pode contribuir para a adoção de um sistema de gestão de custos ambientais.

Hassan *et al.* (2009) procuram estudar o impacto do relato voluntário e obrigatório para 80 empresas egípcias não financeiras cotadas em bolsa que aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade, no qual existem sanções para o não cumprimento. Concluem que a divulgação voluntária tem uma associação positiva, mas insignificante com o valor da empresa no mercado bolsista.

Magness (2006) pretende compreender se o desempenho financeiro, baseado no poder dos *stakeholders*, influencia as práticas de relato. O autor conclui que as empresas pressionadas pela regulamentação divulgam mais informação ambiental, bem como as empresas com financiamento externo. Contudo, não há evidência que o conteúdo do relato seja influenciado pelo desempenho financeiro.

Embora seja geralmente aceite pela literatura, a existência de uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o desempenho económico, os resultados dos estudos analisados não são conclusivos, tal como refere Gray (2006).

4.1.3. Sistema de contabilidade ambiental

Nesta categoria incluímos os artigos que procuram compreender se os sistemas contabilísticos têm contribuído para melhorar a informação de carácter ambiental. A título de exemplo destacamos os trabalhos realizados por Hopwood (2009) e Henri e Journeault (2010).

Hopwood (2009) apresenta uma análise crítica sobre a contabilidade e outros meios de cálculo relacionados com as questões ambientais. Das conclusões apresentadas pelo autor destacamos a importância atribuída ao papel da contabilidade face ao ambiente e a sustentabilidade.

Henri e Journeault (2010) procuram compreender se um método de controlo financeiro é estratégico para a gestão ambiental influenciar o desempenho económico e ambiental. Os autores concluem que não existe um efeito direto do recurso de um método de controlo financeiro sobre o desempenho económico. Contudo, verificam uma relação indireta entre o desempenho ambiental e o desempenho económico em contextos específicos como seja em empresas de: elevada exposição ambiental, elevada visibilidade pública, elevada preocupação ambiental, e grande dimensão.

Já Jones (2010) apresenta um modelo teórico para sustentar a contabilidade ambiental e o relato dos graves perigos ambientais, da responsabilidade corporativa, da relação entre a indústria e o ambiente, da medida de impacto da indústria, da contabilidade ambiental e do relatório de desempenho ambiental para os *stakeholders*.

4.1.4. Teorias testadas

Nesta categoria incluímos os estudos que procuram validar uma dada teoria como fator explicativo das práticas de relato ambiental e dos comportamentos das organizações face ao ambiente. Das teorias a que os diferentes autores recorrem destacam-se a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria Institucional.

A Teoria da Legitimidade é a mais evidenciada para explicar as práticas/características da divulgação voluntária de informação ambiental. Segundo Cho e Patten (2007) a teoria da legitimidade sugere que o relato ambiental é influenciado pelo nível da pressão política e social que as empresas enfrentam face ao seu desempenho ambiental. Assim, De Villiers e Staden (2006), através da análise de 140 relatórios e contas no período de 1994 a 2002, concluem que em reação a essas pressões, as empresas alteraram o tipo (específica/geral) ou aumentam ou diminuem a informação ambiental de modo a preservar a sua imagem e a sua legitimidade.

Archel *et al.* (2009) recorrem à teoria da legitimidade para concluir que a empresa estudada procura legitimar um novo processo de produção através da «manipulação» das percepções sociais e do alinhamento ideológico com o Estado.

Mahadeo, Oogarah-hanuman e Soobarayan (2011) recorrendo às teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, analisam os relatórios de sustentabilidade, de 2004 a 2007, das empresas cotadas da Maurítânia, tendo por base o contexto de uma economia emergente. Concluem que houve um significativo mas seletivo crescimento da quantidade e qualidade do relato ambiental, o que está relacionado com a necessidade das empresas demonstrarem o seu compromisso com objetivos sociais (legitimidade moral) e com a necessidade de gerir a sua relação com alguns *stakeholders* específicos, sendo ainda uma resposta às críticas sobre corrupção e as práticas empresariais pouco éticas.

Clarkson, Overell e Chapple (2011) concluem que as empresas com maior índice de poluição são as que divulgam mais informações sobre o ambiente, sendo consistente com a teoria dos *stakeholders* e da legitimidade.

O estudo de Coetzee e Standen (2011) demonstra que as empresas reagem às ameaças de perda de legitimidade através do aumento da divulgação de informação ambiental e, em particular, sobre segurança ambiental, após a ocorrência de acidentes, existindo consistência com a teoria da legitimidade e dos *stakeholders*.

Cho, Chen e Roberts (2008) demonstram, recorrendo a uma amostra de companhias químicas e petrolíferas, que efetuam campanhas para influenciar os legisladores com o objetivo de reduzir ou atenuar o peso dos regulamentos ambientais e, conseqüentemente, reduzir a pressão política e a sua exposição pública. Assim, procuram evitar sanções derivadas da não conformidade das empresas com a legislação existente no ambiente institucional, de modo a que a legitimidade não seja afetada.

Laine (2009) pretende compreender como o relato ambiental é utilizado como resposta às pressões institucionais decorrentes do contexto social. Para o efeito, analisa as divulgações ambientais de 1972 a 2005 de uma empresa química finlandesa. Conclui que as práticas de relato têm-se alterado face às mudanças no contexto social e institucional como resposta às pressões institucionais para manter a sua legitimidade junto da sociedade.

Neste sentido, o conceito de legitimidade e a procura de legitimação têm sido focados pela Teoria Institucional. Esta teoria procura identificar e analisar as pressões institucionais que permitem explicar os comportamentos e as práticas das organizações.

O estudo de Islam e Deegan (2008) pretende compreender as motivações das práticas de relato social e ambiental através da associação de fabricantes e exporta-

dores de vestuário do Bangladesh. Recorrendo a entrevistas e à análise dos relatórios e contas de 1987 a 2005, concluem que as práticas de relato podem ser explicadas por uma apreciação conjunta das teorias dos *stakeholders* e legitimidade (expectativas dos clientes multinacionais) e institucional (imposição de políticas operacionais e códigos de conduta).

Frost (2007) analisando os relatórios e contas de 71 empresas cotadas na bolsa australiana, antes e após a introdução de legislação específica. Conclui que a pressão institucional, nova legislação (isomorfismo coercivo), resultou num aumento significativo do nível do relato ambiental, que induziu o aumento da divulgação de caráter obrigatório em detrimento da divulgação voluntária. Lynch (2010) verificou que alguns departamentos governamentais australianos diminuíram o nível de relato devido à falta de pressão externa. Este resultado é consistente com a teoria institucional. Já Deegan e Blomquist (2006) concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mimetismo ou isomorfismo mimético.

Rankin, Windson e Wahyuni (2011) através da teoria institucional procuram compreender se a divulgação dos gases com efeitos de estufa está relacionada com um sistema de organização interna. Os autores concluem que a credibilidade e extensão da divulgação está relacionada com a existência de sistema de gestão ambiental certificado e a utilização do *Global Reporting Initiative (GRI)*. As empresas que divulgam informações mais credíveis são tendencialmente de grande dimensão e da indústria extrativa e de eletricidade.

Podemos constatar que a teoria da legitimidade tem sido a mais utilizada na investigação do relato ambiental. Dado que as práticas de relato constituem uma importante ferramenta para as organizações influenciarem a perceção do exterior sobre as suas atividades.

4.2. Metodologia e origem dos dados

A metodologia mais utilizada no âmbito do relato ambiental, consiste na análise de conteúdo do relatório e contas das empresas selecionadas. Contudo, este método apresenta algumas limitações face à subjetividade na interpretação da informação recolhida e na decisão de inclusão numa das categorias definidas.

A maioria dos artigos da nossa amostra visa a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas, sendo a técnica de tratamento de dados mais comum a análise de conteúdo (Gray, Kouhy e Lavers, 1995a; Wilmshurts and Frost, 2000; Tilt, 2001; De Villiers e Staden, 2006). Importa salientar, que alguns estudos utilizam complementarmente mais que uma abordagem metodológica.

Tabela 2. Metodologias de investigação utilizadas

Metodologia de investigação	Artigos
Estudo de caso	Ten-Elijido (2011); Mir e Rahaman (2011); Samkin e Schneider (2010); Kuruppu e Milne (2010); Tilling e Tilt (2010); Laine (2009); Cho (2009); Lee e Cassel (2008); Patten e Freedman (2008)
Modelos estatísticos	Jones (2011); Rankin, Windson e Wahyuni (2011); Hassan <i>et al.</i> (2009); Burnett e Hansen (2008); Cho e Patten (2007); Murray <i>et al.</i> (2006)
Entrevistas	Belal e Cooper (2011); Ten-Elijido (2011); Mir e Rahaman (2011); Macve e Chen (2010); Ten-Elijido, Kloot e Clarkson (2010); Cho (2009); O'Sullivan e O'Dwyer (2009); Grosser e Moon (2008); Islam e Deegan (2008); Spence (2007); Belal e Owen (2007); Deegan e Blomquist (2006)
Análise de conteúdo	Mäkela e Laine (2011); Bouten <i>et al.</i> (2011); Mahadeo, Oogarah-hanuman e Soobarayen (2011); Clarkson, Overell e Chapple (2011); Ten-Elijido (2011); Joseph e Taplin (2011); Coetzee e Staden (2011); Rankin, Windson e Wahyuni (2011); Lynch (2010); Laine (2010); Cuganesan <i>et al.</i> (2010); Islam e Deegan (2010); Tilling e Tilt (2010); Macve e Chen (2010); Samkin e Schneider (2010); Milne, Tregidga e Walton (2009); Aerts e Cormier (2009); Archel <i>et al.</i> (2009); Cho (2009); O'Sullivan e O'Dwyer (2009); Freedman e Staghiano (2008); Guthrie, Cuganesan e Ward (2008); Islam e Deegan (2008); Grosser e Moon (2008); Frost (2007); De Villiers e Staden (2006); Coupland (2006); Campbell, Moore e Shrivs (2006); Clatworthy e Jones (2006); Murray <i>et al.</i> (2006)

Fonte: elaboração própria.

A abordagem longitudinal permite analisar as possíveis relações entre o contexto e o comportamento da divulgação de informação ambiental. Recorrendo a esta abordagem tal como nos estudos de Gray, Kouhy e Lavers, (1995a) e Unerman, (2000). Concluímos que diversos artigos em análise adotam esta abordagem como são os casos dos trabalhos de: Mäkela e Laine (2011); Clarkson, Overell e Chapple (2011); Islam e Deegan (2010); Tilling e Tilt (2010); Samkin e Schneider (2010); Lynch (2010); Hassan *et al.* (2009); Laine (2010, 2009); Islam e Deegan (2008); Freedman e Stagliano (2008); Frost (2007); De Villiers e Staden (2006); Murray *et al.* (2006). Destes trabalhos destaca-se o recurso a uma multiplicidade de fontes de informação como sejam: as cartas do CEO, os relatórios e contas, relatórios de sustentabilidade e/ou ambientais, notícias dos media e *press releases*.

Segundo Kausirikun e Sherer (2004), a maioria dos estudos utiliza o relatório e contas como fonte para a recolha de informação sobre relato ambiental, dada a sua credibilidade, regularidade, facilidade de acesso e utilidade para os diferentes *stakeholders*. Dos artigos por nós analisados também é possível chegar a idêntica conclu-

são já que se verifica que a maioria utiliza o relatório e contas como fonte de informação como são os casos de: Bouten *et al.* (2011); Lynch (2010); Cho, Roberts e Patten (2010); Samkin e Schneider (2010); Laine (2010, 2009); Hassan *et al.* (2009); Islam e Deegan (2008); Guthrie, Cuganesan e Ward, (2008); Frost (2007); Murray *et al.* (2006); De Villiers e Staden (2006).

Contudo, importa salientar que as empresas começam a utilizar outros meios de divulgação da informação, como sejam: os *web sites*, *press release*, CD Roms, *newletters*, brochuras, relatórios ambientais autónomos (Joseph e Taplin 2011; Clarkson, Overell e Chapple, 2011; Ten-Elijido, Kloot e Clarkson, 2010; Aerts e Cormier, 2009; Laine, 2009; Guthrie, Cuganesan e Ward, 2008; Grosser e Moon, 2008).

De referir que alguns estudos para diminuir a subjetividade do método de análise de conteúdo, recorrem complementarmente às fontes anteriormente identificadas, a entrevistas aos gestores, aos profissionais da contabilidade ou a diferentes grupos de *stakeholders* como são os casos dos trabalhos de O'Sullivan e O'Dwyer (2009), Grosser e Moon (2008), Islam e Deegan (2008).

Existem ainda estudos que utilizam apenas questionários (Kuruppu e Milne, 2010; Henri e Journeault, 2010; Ferreira, Moulang e Hendro, 2010) ou unicamente entrevistas (Belal e Cooper, 2011; Belal e Owen, 2007; Spence, 2007; Deegan e Blomquist, 2006).

Unerman (2000), demonstra, através de um estudo longitudinal à comunicação corporativa da Shell, que a informação ambiental divulgada no relatório e contas representa apenas uma pequena parte da totalidade da informação relatada pela empresa. A mesma conclusão foi obtida por McMurtrie (2005) num estudo sobre duas empresas australianas de grande dimensão, ao referir que o relatório e contas apresenta apenas uma parte da «fotografia» das empresas sobre as suas práticas de relato ambiental.

Contudo, o relatório e contas continua a ser o documento mais utilizado na análise do relato ambiental dadas as vantagens que lhe são atribuídas, nomeadamente pela obrigatoriedade de elaboração, pelo facto do seu acesso ser relativamente fácil a longo prazo, de ser dirigido a vários *stakeholders*, de apresentar maior credibilidade e ampla distribuição, sendo também um meio em que as empresas podem divulgar informação de carácter voluntário (incluindo ambiental), satisfazendo os diferentes *stakeholders* (Deegan, Rankin e Tobin, 2002; Tilt, 2001; Wilmshurst e Frost, 2000).

Dos estudos analisados, as amostras de maior dimensão constituídas por empresas variam entre 1447 empresas com 100 ou mais empregados, tendo obtido 330 respostas ao questionário (Henri e Journeault, 2010), 623 empresas não financeiras, sendo 205 do Canadá e 418 dos Estados Unidos (Aerts e Cormier, 2009),

191 empresas de cinco setores considerados mais poluentes nos Estados Unidos (Clarkson *et al.*, 2008), 190 empresas (Cho, Roberts e Patten, 2010), 187 empresas (Rankin, Windson e Walyuni, 2011), 108 empresas (Bouten *et al.*, 2011) e 71 empresas cotadas na bolsa australiana de setores potencialmente mais críticos para o ambiente, como sejam os setores de extração de recursos naturais e de pasta de papel (Frost, 2007). Relativamente a profissionais destacamos o estudo de Ferreira, Moulang e Hendro, (2010) que aplica um questionário a 292 profissionais de contabilidade de gestão e *controllers* das empresas da manufatura, transportes, turismo e construção da Austrália. Importa salientar ainda o estudo de Joseph e Taplin (2011) com 145 autoridades locais.

4.3. Setor de atividade e país

Diversos estudos discutem a importância do setor de atividade como fator que influencia as práticas de relato ambiental (Gray, Kouhy e Lavers, 1995b; Adams, Hill e Roberts, 1998; Wilmshurst e Frost, 2000; De Villiers e Staden, 2006; Alciatore e Dee, 2006; Branco e Rodrigues, 2008; Monteiro e Guzman, 2010). As empresas de setores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como o setor químico, a indústria de papel, as petrolíferas, a metalomecânica, a indústria extrativa, tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, conseqüentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular.

Assim, o enquadramento setorial das organizações é importante para compreender determinados objetivos, estratégias e capacidades no que respeita às práticas de relato ambiental. Este fator permite, igualmente, criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de setores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo setor de atividade possuem práticas de divulgação semelhantes e que os setores com maior impacto ambiental dão um maior relevo ao relato de matérias ambientais (Gray, Kouhy e Lavers, 1995b; Adams, Hill e Roberts, 1998; Wilmshurst e Frost, 2000; Deegan, Rankin e Tobin, 2002; Branco e Rodrigues, 2008).

Das análises que efetuámos concluímos que os setores considerados mais sensíveis ao ambiente, são os setores químico, celulose e papel, combustíveis, indústria extrativa, indústria de eletricidade (Coetzee e Staden, 2011; Clarkson, Overell e Chapple, 2011; Laine, 2010 e 2009; Cho, 2009; Clarkson *et al.*, 2008; Freedman e Stagliano, 2008; Cho, Chen e Roberts, 2008; Burnett e Hansen, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006; Magness, 2006).

Alguns estudos não tomam em consideração o setor de atividade mas fatores como a dimensão (mais de 100 trabalhadores) (Henri e Journeault, 2010) e o facto

de serem cotadas em bolsa (Mahadeo, Oogarah-hanuman e Soobarayen, 2011; Bouten *et al.* 2011; Jones, 2011; Cho, Roberts e Patten, 2010; Hassan *et al.* 2009; Grosser e Moon, 2008; Frost, 2007; Spence, 2007; Cho e Patten, 2007; Clatworthy e Jones, 2006; Murray *et al.* 2006).

Importa salientar a crescente investigação sobre organizações governamentais (Joseph e Taplin, 2011; Samkin e Schneider, 2010; Lynch, 2010) tendência identificada por Parker (2011).

No que respeita aos países mais analisados, os nossos resultados permitem destacar o peso dos artigos sobre os países anglo saxónicos: Reino Unido (10), Estados Unidos (8), Austrália (8), Malásia (4), Bangladesh (3), Canadá (3), Nova Zelândia (3), Finlândia (3), tal como, identificado por Eugénio, Morais e Lourenço (2010). O país de origem está, na maioria dos casos, associado com o país de filiação dos autores. Importa salientar que também foram analisados dados de outros países como: África do Sul, Espanha, Egito, Mauritânia, França, Bélgica e Singapura. De referir a existência de dois artigos que efetuam análises comparativas entre países, o caso da Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Tailândia e Indonésia (Loftus e Purcell, 2008) e do Canadá com os Estados Unidos (Aerts e Cormier, 2009).

Importa realçar, que as práticas de relato ambiental das organizações são específicas de cada país, dado o contexto legal, social, económico, cultural e político em que atuam.

5. Considerações finais

A investigação sobre relato ambiental centra-se predominantemente em informação ambiental divulgada através dos relatórios e contas e outros meios de comunicação utilizados pelas empresas, tendo em vista a identificação dos fatores que influenciam as práticas de relato ambiental.

Relativamente à metodologia de investigação prevalece a análise de conteúdo dos relatórios e contas e outros meios de comunicação (relatórios de sustentabilidade, *web sites*, *press releases*), tendo como âmbito de aplicação uma amostra de empresas de um ou mais países, sendo predominante o estudo de empresas de grande dimensão, cotadas em bolsa, pertencentes a setores de atividade mais sensíveis ao ambiente (extração de minério, indústria química, petróleo, celulose ou de pasta de papel e de eletricidade).

A Teoria da Legitimidade é a perspetiva predominante nos estudos, para explicar as características o relato voluntário e obrigatório.

Os estudos, apesar de incidirem sobre diversas áreas geográficas, tendem a privilegiar como objeto de análise países anglo-saxónicos, como os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália.

Apesar dos resultados obtidos serem congruentes com estudos similares, estamos conscientes que o estudo apresenta algumas limitações. Na lista de *journals* não foram consideradas as revistas específicas da área da Contabilidade Social e Ambiental, como por exemplo, o *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability* e o *Social and Environmental Accountability Journal*, *Advances in Environmental Management and Accounting*.

Em futuras investigações julgamos relevante assegurar uma maior abrangência dos *journals* analisados, nomeadamente incluindo publicações não anglo-saxónicas. Outro aspeto a explorar parece-nos ser o recurso a outras palavras-chaves como por exemplo: Contabilidade Ambiental, Relato Sustentável e Contabilidade Sustentável.

■ REFERÊNCIAS

- Adams, C.; Hill, W. e Roberts, C. (1998). Corporate social reporting practices in Western Europe: Legitimizing corporate behaviour? *British Accounting Review*, Vol. 30, nº 1, pp. 1-21.
- Adams, Carol e Larrinaga, Carlos (2007). Enganing with organisations in pursuit of improved sustainability accounting and performance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 3, pp. 333-355.
- Aerts, Walter e Cornier, Denis (2009). Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 1-27.
- Alciatore, M. e Dee, C. (2006). Environmental disclosures in the oil and gas industry, *Advances in Environment Accounting and Management*, Vol. 3, pp. 49-75.
- Archel, Pablo; Husilhos, Javier; Larrinaga, Carlos; Spence, Crawford (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 8, pp. 1284-1307.
- Belal, Ataur e Cooper, Stuart (2011). The absence of corporate social responsibility reporting in Bangladesh. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 22, pp. 654-667.
- Belal, Ataur e Owen, David (2007). The views of corporate managers on the current state of, and future prospects for, social reporting in Bangladesh. An engagement-based study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 3, pp. 472-494.
- Bianchi, Maria Teresa; Fonseca, Maria José e Moreira, José António (2011). Produção científica em Contabilidade Financeira o caso português no período 2001-2009. *Revista Contabilidade & Gestão*, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Nº 11, Novembro.
- Bouten, Lies; Everaert, Patricia; Liedekerke, Luc; Moor, Lieven; e Christiaens, Johan (2011). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 187-204.
- Branco, Manuel e Rodrigues, Lúcia (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 685-701.

- Brennan, Niamh; Guillamon-Saorin, Encarna; e Pierce, Aileen (2009). Impression management. Developing and illustrating a scheme of analysis for narrative disclosures – a methodological note. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 5, pp. 789-832.
- Burnett, Royce e Hansen, Don (2008). Ecoefficiency: Defining a role for environmental cost management. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 551-581.
- Campbell, David; Moore, Geoff; e Shrives, Philip (2006). Cross-sectional effects in community disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 1, pp. 96-114.
- Catasús, Bino (2008). In search of accounting absence. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 1004-1019.
- Cho, Charles; Chen, Jennifer; e Roberts, Robin (2008). The politics of environmental disclosure regulation in the chemical and petroleum industries: Evidence from the Emergency Planning and Community Right-to-Know Act of 1986. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 450-465.
- Cho, Charles; Roberts, Robin; e Patten, Dennis (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 431-443.
- Cho, Charles (2009). Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total SA's Erika and AZF incidents. *European Accounting Review*, Vol. 18, nº 1, pp. 33-62.
- Cho, Charles e Patten, Dennis (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 32, pp. 639-647.
- Chung, Lai e Parker, Lee (2010). Managing social and environmental action and accountability in the hospitality industry: A Singapore perspective. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 46-53.
- Clarkson, Peter; Li, Yue; Richardson, Gordon; e Vasvari, Florin (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 303-327.
- Clarkson, Peter; Overell, Michael; e Chapple, Larelle (2011). Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, Vol. 47, nº 1, pp. 27-60.
- Clatworthy, Mark e Jones, Michael (2006). Differential patterns of textual characteristics and company performance in the chairman's statement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 493-511.
- Coetzee, Charmaine e Staden, Chris (2011). Disclosure responses to mining accidents: South African evidence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 232-246.
- Coupland, Christine (2006). Corporate social and environmental responsibility in web-based reports: Currency in the banking sector? *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 17, pp. 865-881.
- Cuganesan, Suresh; Guthrie, James; e Ward, Leanne (2010). Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 169-183.
- De Villiers, Charl e Staden, Chris (2006). Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 763-781.
- Deegan, Craig e Blomquist, Christopher (2006). Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 343-372.
- Deegan, Craig; Rankin, Michaela e Tobin, John (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997 – A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, nº 3, pp. 312-343.
- Eugénio, Teresa; Morais, Ana Isabel e Lourenço, Isabel (2010). Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, Vol. 6, nº 2, pp. 286-305.

- Ferreira, Aldónio; Moulang, Carly; e Hendro, Bayu (2010). Environmental management accounting and innovation: an exploratory analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 7, pp. 920-948.
- Freendman, Martin e Stagliano, A. J. (2008). Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 466-486.
- Frost, Geoffrey (2007). The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. *ABACUS*, Vol. 43, nº 2, pp. 190-216.
- Gray, Rob (2002). The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, nº 7, pp. 687-708.
- Gray, Rob (2006). Does sustainability reporting improve corporate behavior?: Wrong question? Right time? *Accounting and Business Research, International Accounting Policy Forum*, Vol 36, nº 4, pp. 65-88.
- Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995a). Corporate social and environmental reporting. A review of the literature and a longitudinal study of UK Disclosure. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 47-77.
- Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995b). Methodological themes. Constructing a research database of social and environmental by UK companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 78-101.
- Grosser, Kate e Moon, Jeremy (2008). Developments in company reporting on workplace gender equality? A corporate social responsibility perspective. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 179-198.
- Guthrie, James; Cuganesan, Suresh; e Ward, Leanne (2008). Industry specific social and environmental reporting: The Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 1-15.
- Hassan, Omaima; Romilly, Peter; Giorgioni, Gianluigi; e Power, David (2009). The value relevance of disclosure: Evidence from the emerging capital market of Egypt. *The International Journal of Accounting*, Vol. 44, pp. 79-102.
- Henri, Jean-François e Journeault, Marc (2010). Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 63-80.
- Hopwood, Anthony (2009). Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 433-439.
- Islam, Muhammad e Deegan, Craig (2008). Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information. Evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, nº 6, pp. 850-874.
- Islam, Muhammad e Deegan, Craig (2010). Media pressures and corporate disclosure of social responsibility performance information: a study of two global clothing and sports retail companies. *Accounting and Business Research*, Vol 40, nº 2, pp. 131-148.
- Jones, Michael (2010). Accounting for the environment: Towards a theoretical perspective for environmental accounting and reporting. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 123-138.
- Jones, Michael (2011). The nature, use and impression management of graphs in social and environmental accounting. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 75-89.
- Joseph, Corina e Taplin, Ross (2011). The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 19-31.
- Kuruppu, Sanjaya e Milne, Markus (2010). Dolphin deaths, organizational legitimacy and potential employees' reactions to assured environmental disclosures. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 1-19.

- Laine, Matias (2009). Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 7, pp. 1029-1054.
- Laine, Matias (2010). Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in Finnish corporate disclosures 1987-2005. *European Accounting Review*, Vol. 19, nº 2, pp. 247-274.
- Lee, Bill e Cassell, Catherine (2008). Employee and social reporting as a war of position and union learning representative initiative in the UK. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 276-287.
- Loftus, Janice e Purcell, John (2008). Post-Asian financial crisis reforms: an emerging new embedded-relational governance model. *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 18, nº 3, pp. 335-355.
- Lynch, Barbara (2010). An examination of environmental reporting by Australian state government departments. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 32-45.
- Macve, Richard e Chen, Xiaoli (2010). The «equator principles»: a success for voluntary codes? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 7, pp. 890-919.
- Magness, Vanessa (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure. An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 540-563.
- Mahadeo, Jyoti; Oogarah-Hanuman, Vanisha; e Soobarayen, Teerooven (2011). Changes in social and environmental reporting practices in emerging economy (2004-2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 158-175.
- Mäkelä, Hannele e Laine, Matias (2011). A CEO with many messages: Comparing the ideological representations provided by different corporate reports. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 217-231.
- Mata, Carlos; Fialho, Ana e Eugénio, Teresa (2014). A análise da investigação em contabilidade sobre relato ambiental: 2006-2011. *Revista Universo Contábil*, Vol. 10, n. 4, pp. 182-199, out./dez.
- Mathews, M. R. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate? *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 10, nº 4, pp. 481-531.
- Mathews, M. R. (2003). A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. *Indonesian Management and Accounting Research*, Vol. 2, nº 2, pp. 197-264.
- Mathews, M. R. (2004). Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. *Qualitative Research in Accounting and Management*, Vol. 1, nº 1, pp. 30-45.
- McMurtrie, T. (2005). «Factors influencing the publication of social performance information: an Australian case study». *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 12, pp. 129-143.
- Milne, Markus, Tregidga, Helen; e Walton, Sara (2009). Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 8, pp. 1211-1257.
- Monteiro, Sónia e Gúzman, Beatriz (2010). Determinantes of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 17, pp. 185-204.
- Murray, Alan; Sinclair, Donald; Power, David; e Gray, Rob (2006). Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 2, pp. 228-255.

- O'Sullivan, Niamh e O'Dwyer, Brendan (2009). Stakeholder perspectives on a financial sector legitimization process. The case of NGOs and the Equator Principles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 4, pp. 553-58.
- Owen, David (2008). Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, nº 2, pp. 240-267.
- Parker, Lee (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 18, nº 6, pp. 842-860.
- Parker, Lee (2011). Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 1-10.
- Patten, Dennis e Freedman, Martin (2008). The GAO investigation of corporate environmental disclosure: An opportunity missed. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 435-449.
- Samkin, Grant e Schneider, Annika (2010). Accountability, narrative reporting and legitimation. The case of a New Zealand public benefit entity. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 2, pp. 256-289.
- Solomon, Jill e Thomson, Ian (2009). Satanic Mills? An illustration of Victorian external environmental accounting. *Accounting Forum*, Vol 33, pp. 74-87.
- Spence, Crawford; Husillos, Javier; e Correa-Ruiz, Carmen (2010). Cargo cult science and the death of politics: A critical review of social and environmental accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 21, pp. 76-89.
- Spence, Crawford (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 6, pp. 855-882.
- Ten-Eljido, Evangeline; Kloot, Louise; Clarkson, Peter (2010). Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures. An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 8, pp. 1032-1059.
- Ten-Eljido, Evangeline (2011). Media Coverage and voluntary environmental disclosures: A developing country exploratory experiment. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 139-157.
- Tilling, Matthew e Tilt, Carol (2010). The edge of legitimacy. Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 1, pp. 55-81.
- Tilt, A. (2001). The content and disclosure of Australian corporate environmental policies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 14, nº 2, pp. 190-212.
- Unerman, J. (2000). Methodological issues – reflections on quantification in corporate social reporting content analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13, nº 5, pp. 667-680.
- Wilmshurst, T. e Frost, G. (2000). Corporate environmental reporting. A Test of Legitimacy Theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13, nº 1, pp. 10-26.